



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 117

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1.º, nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se, em virtude de convocação anterior, no dia 30 de agosto do ano em curso, às 21 horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 1.226-B.63 na Câmara dos Deputados para sem prejuízo da matéria por ela já programada, e nº 135-64 no Senado, que isenta de impostos e taxas, por cinco anos, todos os produtos de origem animal e vegetal oriundos da área geo-econômica do Distrito Federal.

ALDO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SESSÃO CONJUNTA

Em 5 de setembro de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 10, de 1966 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

ATA DA 118ª SESSÃO,
EM 29 DE AGOSTO DE 1966

4ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRs.: GUIDO
MONDIN E CAETETE PINHEIRO.

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Senhores
Senadores:

Adalberto Silva
Oscar Passos
Edmundo Levi
Caetete Pinheiro
Menezes Pinheiro
Wilson Gonçalves
Pessoa de Queiroz
José Euríbio
Silvestre Pereira
Abelardo de Carvalho
Jefferson de Araújo
Eurico Rezende
Aurélio Viana
João Abrahão
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Senhores Senadores. Havendo, portanto, legalidade para a sessão, vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário provera a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

PRESENTE

Parecer nº 833, de 1966

Redação da ata da sessão anterior, do Projeto de Lei do Senado número 9, de 1964.

Relator: Sr. Edmundo Levi

A Comissão agenciou a redação do parecer, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 9, de

SENADO FEDERAL

1964 que dispõe sobre o ingresso na série de classes de Agente Fiscal do Imposto de Consumo.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1966. — Eurico Rezende, Presidente — Edmundo Levi, Relator — Filinto Müller.

ANEXO AO PARECER Nº 833-66

Redação do parecer, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 9, de 1964, que dispõe sobre o ingresso na série de classes de Agente Fiscal do Imposto de Consumo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O ingresso na série de classes de Agente Fiscal do Imposto de Consumo será feito mediante concurso público de provas, realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), entre candidatos de 16 a 25 anos de idade.

Art. 2º A fim de se comprovar a idoneidade moral do candidato, existirá-se a prova de investigação social feita por uma comissão especial.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a mesa comunicativa que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E é lida a seguinte:

COMUNICADO

Prezabilíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a V. Excelência, que, nos termos do Regimento Interno, estará presente nos trabalhos legislativos desta Casa durante o mês de setembro próximo em vista de ter sido designado para par-

ticipar da 55ª Conferência Interparlamentar a realizar-se em Teerã.

Brasília, 26 de agosto de 1966. — Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador João Abrahão.

O SR. JOÃO ABRAHÃO:

(Lê o seguinte discurso): — Sr. Presidente, há bem poucos dias, ocupei a Tribuna desta Casa para dar ao povo novo conhecimento dos desmandos e das arbitrariedades que vêm sendo praticadas pelo atual governo, tendo, a cada momento, nossa Carta Constitucional e caminhando com incrível urgência para os rumos da ruína e simulações ditadoras.

Nacou a oportunidade, alguns setores da imprensa nacional intervieram com palavras como um delírio de opressorista, de quem no dizer deles procurava criar clima de confusão nesta hora já conturbada de vida nacional.

Qual, porém, não terá sido a surpresa desses círculos governistas quando surgiu, de todos os quadros de nossa Pátria, o mais veemente protesto dos filhos brasileiros contra a intervenção dos que sustentam o atual regime do país em assuntos privados da Igreja Católica, como se fosse também uma Universidade pública ou algum Estado Brasileiro onde as fúrias de seu subsolo ainda não estivessem em mãos de grupos estrangeiros.

Depois de se reunirem em Roma, a Capital Católica do mundo, para o

debate de seus problemas, que são os problemas dos povos da terra, concluíram os bispos pela fidelidade a doutrina de sua Igreja e aos ensinamentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Dentro dos rumos ali traçados estão eles atuando, inclusive em matéria de doutrina social. Por isso repeliram e continuarão a repelir medidas que violentem a coincidência Católica do Brasil.

Por oportuno, quero, através desta Tribuna, único reduto de que ainda dispomos (embora já enquadrado num sistema democrático "suí generis" graças às inúmeras medidas de pressão contra ele adotadas) ler o brilhante e inequívoco pronunciamento feito pelo respeitável Arcebispo de Goiânia, o eminente prelado Dom Fernando Gomes dos Santos, já publicada com exclusividade nos "Jornal do Brasil" do dia 18 de agosto passado e para que fique gravado nos annis desta Casa:

(Lê):

Na opinião de D. Fernando o Governo está dominado por um complexo de autojustificação que oscila entre a infantilidade e a prepotência, não consegue resolver os problemas fundamentais e limita-se quando se diz que há problemas fundamentais a resolver.

Afirmou não haver caminho para a Igreja fora dos ensinamentos do Concílio e que "não há de ser com alusões mas com menos superficiais ou caprichosas, para efeito de publicidade, que se conseguirá fechar a boca dos que foram enviados para pregar o Evangelho de Cristo". Acentuou, de outra parte, a necessidade de "ver claro e definir as autênticas e legítimas atribuições dos militares, das polícias, do clero e de todos os valores da Pátria", e perguntou:

— Sem isto, como haverá unidade na adversidade, harmonia

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nos Ofícios do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 59,00

Ano Cr\$ 95,00

Exterior

Ano Cr\$ 135,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 105,00

— Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos oráculos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescentado de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

chefe, reconhece, de direito e na prática, que muitos discordam de seus pontos de vista. Como ditador, não admite que seus pontos sejam contrariados e, para enfrentá-los, multiplica os Ates institucionais, com seus complementos incoerentes a guisa de cobertura jurídica para o seu arbitrio todo-poderoso.

A POSIÇÃO DA IGREJA

Definindo a posição da Igreja, diante desse quadro, o Arcebispo explicou:

— A Igreja respalda e apoia a autoridade civil, qualquer que seja o regime do Governo. Ela sempre pronta a colaborar pelo bem comum, em qualquer circunstância. Mas isto não pode beneficiar a ordem por justiça. Nesse ponto, acho que a Igreja nas circunstâncias em que nos encontramos tem sido muito prudente. Compreendendo a situação difícil e delicada para os nossos governantes, que não tinham, sem dúvida, todo o leque de erros e vícios acumulados. Anunciando com antecedência a concretização dos ideais sacros da Revolução. Reconheço o esforço e o nobre de certas medidas. Entendo que muitos problemas existem e é for tempo para serem bem equacionados e resolvidos. Mas com a mesma sinceridade e coragem, não pode concordar com os excessos cometidos em nome da própria Revolução por alguns, em nome da justiça. Enquanto isso, tem intensificado sua ação pastoral, no sentido de trazer o comprometimento e a prática das diretrizes sabias, humanas e oportunas do Concílio Vaticano II. Lamentando que aqui e acolá o simples enunciado das diretrizes conciliares provoque desconfianças, suspensas

e até atitudes hostis por parte de determinados setores ou de elementos do grupo dominante.

Parece ter sido isso que com mais intensidade, se verificou no Nordeste. Os Bispos dos Estados do Rio Grande do Norte de Paraíba, de Pernambuco e Alagoas, que constituem o Regional Nordeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil fizeram uma declaração coletiva. O documento está repleto de ensinamentos evangélicos e as normas conciliares. Alguns militares sentiram-se ofendidos ou interpretaram a Declaração dos Bispos como ofensiva do Estado Revolucionário, foi noticiado pela imprensa. Os tais que autoridades do IV Regional teriam proibido a divulgação do documento. Logo surgiram comentários a favor ou contra o Governo, a favor ou contra os Bispos.

EM GOIÁS

Quanto à atitude da Igreja em Goiás, explicou que "os bispos e o Clero estão em expectativa, não sem alguma preocupação, que diante dos acontecimentos".

Desde que tive conhecimento das restrições à Declaração dos Bispos, em meu nome e do Regional Centro Oeste, passei um telegrama de solidariedade ao Secretariado do Regional Nordeste II, com sede em Recife nos seguintes termos: "Dom Hélder Câmara - Recife - Meu nome e do Regional Centro Oeste envio cordiais felicitações com inteira solidariedade Bispos Nordeste II. Um oportuno manifesto profundamente coerente doutrina social cristã e luminosa diretrizes Concílio Vaticano II. Cordiais saudações - Dom Fernando Arcebispo Goiânia".

URGE DEFINIÇÃO

Dizendo que suas respostas anteriores refletiam o que passa a respeito da situação do Brasil, o Arcebispo explicou de forma clara e que a Igreja pensa sobre o assunto de mais para não deixar nenhum a dúvida em seu nome.

Reafirmando, diz o Sr. Arcebispo de Goiânia.

Concordo, entretanto, que é muito grande a responsabilidade da Igreja, nessa hora. Não vejo porém, como caminho para a Igreja cumprir o seu dever, nas circunstâncias atuais, além da fidelidade à sua doutrina e aos ensinamentos que o Concílio Vaticano II acaba de pronunciar. O Brasil não está fora do mundo. Vive e sofre a esse processo e penetra da transição que se processa em toda parte. Temos ainda os nossos problemas específicos. Nós, brasileiros, não podemos fechar nessa hora. É pena que alguns homens da Revolução tenham de manter a estrita e mediana o compromisso de alguns homens da Igreja. Não há de ser com aqueles que ou melhor supõem na carismática, para efeito de publicidade que se conseguiria, a boca dos que foram enviados para pregar o Evangelho do Cristo. O povo está traumatizado por uma série de ataques e mal entendidos que podem anular os esforços honestos, elevados e necessários dos que vivem no mundo deste País. É tempo de por termo a esse estado de coisas, a essa guerra fria entre irmãos. É tempo de ver claro e definir as autênticas e legítimas atribuições dos militares, dos políticos do Clero e de todos os valores da Pátria. Sem isto, como há unidade na adversidade harmonia no conjunto, paz e concórdia entre cidadãos? A urgente obra de restauração e consolidação nacional não é tarefa exclusiva do Governo ou dos militares. Não é monopólio dos políticos. Não é missão apenas dos bispos e sacerdotes mas também dos intelectuais, dos estudantes, dos operários, das pessoas produtoras, dos homens de campo e das cidades, dos pais e mães de família, dos cirurgiões e militantes de todos os setores dos cidadãos enfim. Para dessa compreensão e dessa colaboração estará o predomínio da mais forte contra o mais fraco. Não mais contrário às nossas convicções, cristãs e às nossas tradições democráticas.

Tra o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE

(Guilherme Mondim) — Não há mais grandes incêndios.

O SR. BIRCO REZENDE

O SR. PRESIDENTE

Sr. Presidente leu a palavra (Guilherme Mondim) — Tem a palavra o Senhor Senador BIRCO REZENDE.

O SR. BIRCO REZENDE

(Sem leitura do crador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, o ilustre Senhor Senador João Abrahão acaba de registrar nos Anais da Casa depois de comentários de sua autoria, manifesto divulgado por um ilustre prelado.

Em primeiro lugar, desejo manifestar o meu renócio pela circunstância altamente auspiciosa de estar o aguerido M. D. B. frequentando, e com constância, a Igreja, a começar por assistir às nossas tradicionais missas dominicais.

O SR. EURICO REZENDE — Ex-
ta Excelência. Mas acontece que o
Sr. Senador Eduardo Levi, com so-
freguidão, procurou ver no manifes-
to dos Bispos a inconformidade, o

ataque, a divergência entre a Igreja e o Governo Federal.

O Sr. Edmundo Levi — Não!

O SR. EURICO REZENDE — Foi o que se verificou...

O Sr. Edmundo Levi — V. Exa. está deturpando minhas palavras.

O SR. EURICO REZENDE — ... que se serve para a exploração política feita pela Oposição.

O Sr. Edmundo Levi — Se houve deturpação do manifesto dos bispos foi da área do Governo. V. Exa. está deturpando minhas palavras pela intemperança.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. continua com crédito para me apertar. Faz-de-conta que não me apertou ainda. V. Exa. está irreconhecível. Talentoso como é...

O Sr. Edmundo Levi — Muito obrigado.

O SR. EURICO REZENDE — ... produção como e cuidadoso como e na paciência, de modo algum, fazer a afirmativa que fez.

O Sr. Edmundo Levi — V. Exa. está intemperante.

O SR. EURICO REZENDE — Mas, Sr. Presidente, eu me congratulo com o eminente Senador João Alencar pela oportunidade que nos dá de demonstrar de novo, cabalmente, atenção, a imparcialidade e o respeito do Governo Federal para com a Igreja.

O Sr. Josephat Marinho — Em primeiro lugar, não confesso, é o que V. Exa. acaba de dizer em nome do Governo (Riso).

O SR. EURICO REZENDE — E é, Sr. Presidente, (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(O Sr. Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Aurelio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Acabamos de ouvir Sr. Presidente, debate que marca uma época, define posições. Já dizíamos, de outra feita, que as dificuldades, para defesa dos postulados do Governo, os líderes do ARENA valem-se de subterfúgos absolutamente inaceitáveis; o sentido das palavras é profundamente modificado o sentido das frases totalmente alterado. Há uma espécie de hermafroditismo semântico: as palavras mudam de sentido como se os dicionários não mais existissem como se os léxicos fossem coisa morta, a fim de que essas lideranças justifiquem o injustificável. Os bispos são ameaçados porque abrigam estudantes perseguidos e impedidos da livre manifestação do seu pensamento! Congregam-se as velhas na defesa dos seus pastores, e quando um movimento de opinião eclode, em todo o país com apoio de quantos amam e defendem as liberdades fundamentais do homem e do cidadão vêm a tribuna os líderes governistas e declaram que nunca existiu e não existe qualquer incompatibilidade entre o pensamento da Igreja, revelado pelos seus bispos, e o pensamento do Governo; nunca houve discrepância. Há harmonia completa harmonia total.

Aquilo que os jornais publicam é mera e simples e pura exploração ideológica. E aqueles que citam os jornais são mais danosos do que os próprios jornais, do que a própria imprensa!

Mas onde é que nos encontramos quando palavras não mais revelam o pensamento dos homens? As ditaduras são sempre de Poder e não de prepotência. Só há uma interpretação para esta frase: "As ditaduras são sempre de poder e

prepotência". Apesar do combate nos politicamente o autor da frase que é como, plausível, mo-la. Revê-la uma vez mais. É tão axiomático que não há necessidade de demonstração de comprovação. Não é uma hipótese matemática, é um axioma. Demonstra-se por si mesma. É cristalina, é clara.

"Os prepotentes são aqueles em que os objetivos nacionais são os de um homem ou os de seu grupo, e em que o Poder é a tiranidade e não um meio para o bem público; o objetivo, a preocupação — próprio dos regimes totalitários, engloba objetivos nacionais oriundos de qual sempre da ideologia de um grupo e da qual a tiranidade e a prepotência do Estado e o Poder Nacional e para impor mesmo pela violência interna e externa entre aqueles objetivos nacionais". É o segundo tipo de ditadura tem, as vezes, uma legalidade terna particular: ela sujeita rigorosamente as leis o indivíduos e os órgãos administrativos do Estado mas não o Governo que, muda pela facilidade de golpes ou por grupos de influência, todos de capital e que é livre para mandar e desmandar".

Srs. Senadores de quem são essas palavras? Do atual Sr. Presidente da República, o Marechal Humberto Castelo Branco, numa conferência sobre Segurança Nacional Nacional que Sr. Exa. pronunciou nos dias de 62 na Escola Superior de Guerra.

E a condenação do regime atual quando, em nome da democracia se tentava levantar o povo e as Forças Armadas do país. A constante era o combate a ditadura ao poder pessoal, ao poder de usurpação e de prepotência. A sua palavra era para criar uma escola:

Os chamados movimentos de salvação nacional rebatem o Poder Político Nacional sempre com a legalidade fraudada, com uma farsa legalista evadidos de todo o realismo de opressão. Quase sempre para fazê-la, a corrente salvadora se socorre do homem-sino, bolo, do homem-providencial ou do homem-forte.

Quem mais, nos tempos atuais, encarna o tipo do homem-forte no Governo? Quem o supera quem o superou, quem o superará?

Concluindo, Sr. Presidente, como corolário do seu pensamento, o conferencista, General Humberto de Alencar Castello Branco em virtude de tudo isso, do apresentativo, lá vem a solução de emergência: assim se expressa:

"Uma outra possível vulnerabilidade do Poder Político Nacional é quando os agentes de um dos Poderes componentes empolga o Estado dominam ou ameaçam os outros Poderes congêneres e intimidam ou tutelam o Poder Político Nacional".

Nunca o poder político nacional foi tutelado como nos tempos que correm. Manietado, ameaçado no seu funcionamento com a espada de Dâmocles sobre o pescoço político de cada qual, pela ameaça de cassação dos seus direitos políticos e do seu mandato. É a tutela clara e inofensiva da qual ninguém pode fugir, tão condenada pelo conferencista na Escola Superior de Guerra. E ainda em todas estas anormalidades políticas, as consequências piores são a de militarismo implantado, via de regra, reacionariamente e do poder econômico que destituiu-se do bem comum, se torna voraz e também reacionário. Militarismo reacionário, poder econômico que se torna voraz e também reacionário unidos envolvendo o poder e com estas palavras textuais:

"para tutela do poder político nacional".

E este trecho sobre o homem-forte.

"E que o homem-forte só serve para entranquecer as instituições".

E o que está acontecendo?

Nunca foram tão frágeis em nosso País as instituições democráticas como agora. O voto direto transformou-se numa pena de um homem-forte. As eleições pelo Congresso transformam-se numa força eleitoral, mas numa realidade política. Por quê? Porque as minorias são transformadas em minorias para que sempre seja vencedor o candidato daqueles que chegaram ao poder. Daí a força eleitoral e o fato político da eleição do candidato imposto num Congresso que vota tutelado e cuja tutela foi condenada antes de chegar ao poder o atual Presidente da República.

E se o homem-forte só serve para entranquecer as instituições e a própria Nação se o Presidente é vítima de uma conjura de um grupo que prende que elimina a sua vontade e tempo de liberdade.

Nos estamos com o General na exposição que fez e que transcrevo, nos estudos com o Exército que é a contradição que é a negação da tutela que está sendo transmitida, e que é de sua autoria.

Repito a sua frase:

"que o homem-forte só serve para entranquecer as instituições e a própria Nação transformando o poder nacional num instrumento de compressão e de violência sobre os seus súditos dominados pelo medo".

E o medo que domina a Nação.

Parece que o General estava pensando nos motivos que o levaram a guerra, comandando forças brasileiras, contra aquele medo sobre o qual se pronunciou um dos homens que eu mais admiro, cuja memória reverencio, um dos baútes da democracia moderna, Franklin Delano Roosevelt — quando disse: a nossa luta é por quatro liberdades fundamentais e uma delas, a liberdade do homem de não ter medo.

Quem transformar este País no País do medo, pela ameaça, pela opressão, pela violência no País dos acomodados pelo medo.

Uma outra possível vulnerabilidade do poder político nacional verifica-se quando os agentes de um dos Poderes componentes empolgam o Estado, dominam ou ameaçam os outros Poderes congêneres intimidam, ou tutelam o Poder político nacional, ...

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — ... um dos três Poderes: o Executivo, o Judiciário ou o Legislativo.

Com grande prazer a V. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — Sr. Senador Aurelio Vianna, V. Exa. faz menção ao medo, alegando que ele está deficiando as instituições representativas neste País. E' o que depreendo do discurso de V. Exa. Mas o nobre Colega deve ter em vista que quando ocorre uma revolução a regra geral — e não sei se há exceção no mundo — é a supressão, mais do que imediata, automática de todas as instituições democráticas. A revolução brasileira, se o quisesse, ou melhor, se tivesse sido feita para suprimir a liberdade, ela a teria suprimido e seria uma consequência lógica e natural das revoluções. Contudo, o movimento cívico-militar de março-abril de 1964 ficou numa opção: ou suprimir, integralmente, a liberdade, ou, então, estabelecer restrições quanto aos abusos no exercício do direito a essa liberdade. Ve V. Exa. que se censurou a revolução porque criou restri-

ções, quando, pela própria fatalidade e pela própria lógica das revoluções, dever-se-ia esperar o que ocorreu em nosso vizinho, a Argentina, e tem ocorrido, sem solução de continuidade e sem exceção, em todos os países; a supressão integral de todos os órgãos titulares dessa liberdade. Faltou com estas restrições, com o intervencionismo — V. Exa. não precisa olhar o relógio porque terminarei logo minhas considerações...

O SR. AURELIO VIANNA — Não estou preocupado com o aparte de V. Exa. V. Exa. é um avô canoro que, quando fala, canta. Portanto, comove-nos as cordas da alma. Logo, quando V. Exa. aparece, o seu aparte é recebido com profundo agrado. As vezes não compreendemos a música, mas gostamos dela.

O Sr. Eurico Rezende — Agradeço a indicaçãõ rendida de V. Exa. mas aprecio a oportunidade para exaltar o sentimento de amor à liberdade da Revolução, que nos permite e vai nos permitir, tanto cívica, continuar a ouvir aqui as vozes canoras dos maiores operadores do país, em cujo elenco se inclui e se sublima V. Exa. Então, estas palavras se fazem não para deturpar a democracia, mas para darmos conteúdo legítimo, conteúdo maior, consumamos uma democracia realmente a serviço do desenvolvimento do país, em contraposição aquela democracia da agitação nos campos, da baderna nas ruas, do alquebramento das energias, da disciplina e dos regulamentos militares.

O SR. AURELIO VIANNA — V. Exa. sabe que democracia de baderna, democracia não é. Democracia de agitação, democracia não é. E por isso que o que existe no país não é democracia, porque é uma democracia de agitação. O país está agitado. Até os bispos estão agitados e preocupados. Nunca a Igreja esteve tão agitada e preocupada como nos tempos de agora. Todos se manifestam. Succedem-se manifestações em todos os quadrantes, do território nacional.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. falam em ditadura. Ditadura que permite agitação?

O SR. AURELIO VIANNA — Quando falo em medo, não é em modo físico propriamente. É modo de perder posições. Há mais opositoristas na ARENA do que talvez no próprio MDB. Falo em sentido de exaltação. Os de cá são menos exaltados e os de lá são mais exaltados, porque não quebraram ainda a corrente que os prende ao poder e o medo de perderem a posição que têm. E de tal modo a sua posição esdrúxula, que sentimos certa dificuldade em terçar armas com eles nos comícios, porque são mais agressivos na condenação do processo de espoliação do país do que nós mesmos. Condenam o alto custo de vida e aprovam todos os projetos em favor do alto custo da vida! Condenam a espoliação de que vem sendo vítima este país e ratificam todas as proposições que favorecem a espoliação do nosso país!

O Sr. Eurico Rezende — Não apoiado!

O SR. AURELIO VIANNA — Manifestam-se plenamente favoráveis aos direitos que eles dizem sagrados dos trabalhadores e aprovam as leis e projetos mais esdrúxulos que atentam contra as garantias e os direitos adquiridos pela massa proletária deste país! Dizem que estão com a igreja quando fala através de seus bispos. Mas a igreja, através de seus bispos, como este do Ceará, da terra do Presidente da República, declara:

"A igreja que não motivasse suprimir os critérios para o pecado e as suas consequências temporais não seria mais a igreja de Cristo.

Quando, porém, o Poder adun-
te grupos de pessoas de milite-
res, quando procura transfor-
mar as Forças em milícias parciais
ou em guarda pretoriana, des-

COMISSÃO DE PROMOÇÕES

De Auxiliar Legislativo, PL-9 a PL-8

— Critério — Meritamento

Concorrem:

- 1 — Helina de Moura Lara Resende
- 2 — José Carlos Vidal — vindo de lista anterior
- 3 — Sândor Prefeito — vindo de listas anteriores

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9

— Critério — Meritamento

Concorrem:

- 1 — Lourival Francisco Lopes
- 2 — Paulo Machado Alvim — vindo de lista anterior
- 3 — Raimundo Mariz Neto — vindo de lista anterior

De Auxiliar Legislativo, PL-9 de acordo com a Resolução nº 39-66 — DCN 12-8-66

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9

— Critério — Antiquidade

Cabe a Francisco Carneiro Nobre de Lacerda Neto

Secretaria do Senado Federal, em 29 de agosto de 1966. — *Erasto Mendes Vianna*, Presidente da Comissão de Promoções.

A Comissão de Promoções, em reunião realizada em 25 de agosto de 1966, ao tomar conhecimento de vagas na carreira de Auxiliar Legislativo, organizou nos termos do artigo 38 da Resolução nº 6, de 1960, as seguintes listas:

Vaga decorrente da exoneração, a pedido, de Iru Pery de Lauro Faria, Auxiliar Legislativo, PL-9, conforme Resolução nº 32-66 — DCN de 29 de junho de 1966.

De Auxiliar Legislativo, PL-10 a PL-9

— Critério — Antiquidade

Cabe a Vicente de Paula de Souza Lopes

Vaga decorrente da exoneração, a pedido, de Maria Regina Coelho Teixeira Auxiliar Legislativo, PL-7, tendo em vista a Resolução nº 35-66 — DCN de 29-6-1966.

De Auxiliar Legislativo, PL-8 a PL-7

— Critério — Meritamento

Concorrem:

- 1 — Ayrton José Abrilla
- 2 — Diva Falconi de Carvalho — vindo de lista anterior
- 3 — Lélia Pinto Ferraz

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS PARA 1966

	Cr\$
3.1.0 — Receita de Previdência	
3.1.1 — Contribuições	
10.00 — Contrib. Segurados Obrigatórios	297.564.000
01 — Da Câmara	297.564.000
02 — Do Senado	52.900.000
11.00 — Contribuições Segurados Facult.	
01 — Da Câmara	322.450.000
02 — Do Senado	231.097.000
03 — De Pensionistas	45.000.000
20.00 — Contribuições da União	
01 — Da Câmara	620.014.000
02 — Do Senado	283.097.000
29.00 — Descontos de Diárias	
01 — Da Câmara	255.000.000
02 — Do Senado	15.000.000
3.1.2 — Contribuições Especiais	
10.000 — Contribuições de Carência	
01 — De Segurados obrigatórios	44.258.000
02 — De Segurados facultativos	69.125.000
11.00 — Contrib. Mandato Estadual	
01 — De segurados obrigatórios	52.425.000
02 — De segurados facultativos	60.300.000
3.2.0 — Rendos Patrimoniais	
3.2.1 — Rendos de Títulos	
10.00 — Juros	55.200.000
3.2.2 — Rendos de Capitais em Depósito	
10.00 — Juros de depósitos em movimento	108.900.000
11.00 — Juros de depósito de arrecadação	72.000.000
3.2.3 — Renda de Capitais Aplicados em empréstimos	
20.00 — Empréstimos simples	109.700.000
30.00 — Empréstimos especiais	8.530.000
3.4.0 — Receitas Especiais	
3.4.1 — Juros de mora	9.235.000
3.4.9 — Receitas Especiais Diversas	
10.00 — Auxílios	100.000.000
20.00 — Subvenções	
02 — Subvenções ordinárias	66.900.000
03 — Subvenções extraordinárias	15.100.000
Total	2.891.895.000
3.1.0 — Despesa de Previdência e Assistência	
3.1.1 — Benefícios	
10.00 — Pensões a contribuintes (aposentadorias ordinárias)	773.925.000
20.00 — Pensões a beneficiários (pensões ordinárias)	64.890.000
21.00 — Pensões a beneficiários especiais (pensões especiais)	1.490.000
3.1.3 — Auxílios Recurários	
10.00 — Seguro de vida	10.930.000
20.00 — Auxílio Funeral	1.180.000
3.5.9 — Diversas Despesas de Administração	
90.00 — Despesas diversas	2.000.000
Total	853.565.000

RESUMO:

Receita prevista	2.891.895.000
Despesa prevista	853.565.000
Saldo previsto	2.038.330.000

Brasília, Passos Porto, Conselheiro Relator. — Monsenhor Arruda Câmara, Presidente.

O Sr. Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas apresenta a proposta orçamentária desta entidade para o exercício financeiro de 1966.

Receita e despesa de previdência foram destacadas daquelas do Fundo de Assistência Social, cuja movimentação deve ser por força de lei, contabilizada a parte, tendo sido elaborado, então para o mesmo, orçamento específico.

A receita de previdência está estimada em Cr\$ 2.891.895.000 apresentando um incremento de Cr\$ 1.101.076.200 sobre a orçada para o exercício imediatamente anterior (Cr\$ 1.790.818.800); as despesas previstas montam a Cr\$ 853.565.000 mais Cr\$ 351.565.000 do que as de 1965 (Cr\$ 462.000.000), apresentando, assim, um acréscimo de Cr\$ 2.038.330.000.

A receita e despesa do Fundo de Assistência Social alcançam Cr\$ 125.290.000 e Cr\$ 10.918.000, respectivamente apresentando saldo positivo de Cr\$ 114.372.000.

Unificadas as despesas e rendimentos das duas contas orçamentárias, percebe-se que o Instituto terá receita global de Cr\$ 3.017.185.000 e despesa de Cr\$ 864.483.000, com superávit de Cr\$ 2.152.702.000 e elevado coeficiente de crescimento, de 450% contra 275% em 1965 e 170% em 1964. Note-se que o coeficiente relativo a 1966 é inferior ao do ano precedente e podemos afirmar crescerá em 1967 tendendo esta já notada no próprio aludido, como vemos no quadro abaixo em razão de avultarem as despesas com índices elevados que os da receita.

IPC — RECEITA E DESPESA

Índices de crescimento

Ano	Receita	Despesa
1964	100	100
1965	243	1.100
1966	424	2.057

A observação é válida, sem embargo de esperar-se, para 1967, maiores ingressos financeiros, decorrentes do aumento de subsídios dos congressistas, pois que, dentre estes contribuintes, muitos passarão a condição de pensionistas.

O desdobramento da receita e despesa em rubricas analíticas como pela primeira vez se pratica neste Instituto, na elaboração da proposta orçamentária, permite a pronta identificação das fontes de recursos e da destinação das despesas, ressaltando a participação de uma e outra nos prognósticos de saldo e crédito.

Pela aprovação.

Brasília, em 23 de julho de 1966. — Deputado Passos Porto.

ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS — 1966

	Cr\$
a) — Receita Ordinária	
1 — Contribuição sobre empréstimo simples (12%)	52.174.000
b) — Receita Patrimonial	
2 — Juros de empréstimo de carência	17.561.000
3 — Juros de empréstimo simples (consignação)	3.355.000
c) — Receita Extraordinária	
1 — Subvenção ordinária	44.600.000
2 — Subvenção extraordinária	7.600.000
Total	125.290.000
a) — Despesa Ordinária	
1 — Auxílio doença	10.768.000
2 — Pensão especial	150.000
Total	10.918.000

RESUMO

Receita prevista	125.290.000
Despesa prevista	10.918.000
Saldo	114.372.000

Brasília, Passos Porto, Tesoureiro Relator. — Monsenhor Arruda Câmara, Presidente.

Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar as causas de ordem geográfica, social, política, econômica ou outras que deram lugar ao movimento separatista irrompido nos municípios de Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO

ANEXO DA ATA DA SEGUNDA REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 27 DE JULHO DE 1966, ÀS 15 HORAS

Componentes da Comissão:
Senador Edmundo Levi (Presidente);
Senador Manoel Villaga (Relator);
Senador Paulo Barros

CRUZEIRO DO SUL

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Damos por iniciados os nossos trabalhos que desenvolveremos da maneira mais informal possível.

Estamos aqui com o objetivo de apurar as causas que levaram os habitantes do Vale do Juruá a pleitear uma reformulação da política administrativa e, de modo geral, total conhecimento de tudo que se refere às relações entre a União e o Estado do Acre e, particularmente, os habitantes deste Vale. Queremos tão-somente colher das pessoas de responsabilidade as informações necessárias para que possamos apresentar ao Congresso Nacional e, em seguida, ao Poder Executivo os resultados das nossas investigações e indicar soluções capazes de resolver o problema.

Como o homem do Vale do Juruá conhece as condições de vida do habitante da Amazônia. Meus dois colegas são homens do Nordeste um e outro do Espírito Santo, mas que estão desejosos de sentir os problemas da região a fim de que possamos em conjunto com o nosso trabalho, indicar às autoridades responsáveis as soluções desses problemas.

Assim, vamos ouvir, primeiramente o Prefeito Municipal de Cruzeiro do Sul, Sr. Maurício Perez Nobre. Fazemos perguntas de acordo com o nosso questionário, e posteriormente, S. Sa. poderá expor seu ponto de vista.

O Sr. Prefeito tem o mapa do município ou do Estado que indique a posição de Cruzeiro do Sul? Pode ser exibido?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Temos o mapa. Providenciarei para que seja exibido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Qual é a área do Município?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Não tenho de memória o número exato, mas informarei dentro de instantes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — E a população o Sr. sabe?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Pelo último recenseamento, a população é de 40 000 habitantes em todo o município. Na cidade estamos com quase 10.800 habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Qual a situação do Município com relação a escolas municipais e estaduais.

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Quanto a escolas, a Prefeitura mantém, em caráter efetivo, 16 professoras estaduais pela cidade e pelo interior. Além dessas professoras que fazem parte do

quadro premanente da Prefeitura, temos, este ano, mais 25 professoras contratadas que formam quadro à parte.

No setor estadual temos duas escolas na zona suburbana. Temos uma terceira escola abandonada, em condições precárias, mas como o INDA tomou conta daquela zona onde está instalada a escola, por acordo com o Ministério da Fazenda ficará a cargo daquele órgão o restabelecimento da escola. A escola vai funcionar naturalmente; durante o dia as crianças e à noite os adultos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Há escolas para preparação de professores?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — O Governo, em convenção com o Estado mantém cursos para professoras leigas. Quanto ao Curso Normal, somente o da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Quais são as atividades industriais do Município a não ser a extrativa?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Excelência, a não ser a extrativa, só a extrativa mesmo (Risos).

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Já esperava essa resposta.

Além da borracha, principal extração, há alguma outra? De madeiras, por exemplo?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Felizmente, há alguém olhando para outros horizontes. A borracha ainda é a vida econômica da região. A respeito de exploração de madeiras não há nada apenas perspectivas. Aliás, as perspectivas são sombrias pois Cruzeiro do Sul não comportaria qualquer movimento no sentido de extração de madeiras. Aqui não há mercado e dado o fato de não haver escoamento possível para o produto, a situação se tornaria precária. Quem quiser fazer investimentos encontrará dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — O Sr. quer dizer que uma grande indústria não pode ser mantida por que não há mercado consumidor e o transporte para outros centros é difícil. Por conseguinte as atividades do Município se limitam ao comércio comum e à extração da borracha.

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Toda a vida econômica da região gira em torno de 1.118.000 quilos de borracha que foi a produção do ano de 1965. Queremos acrescentar que a produção para 1966 é imprevisível e talvez não alcancemos o mesmo resultado. A queda da produção se faz sentir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — A que atribui essa queda?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Ao aumento do custo de vida. O despovoamento dos seringais será em virtude disso. O que se verifica é a mercadoria comprada o ano de 1964 por X, em 1965 custou mais 40% e até 60%. Existe condição precária, mas o preço da borracha não dá para cobrir o preço da mercadoria. Já mais de dois anos não temos tido aumento do preço da borracha e, entretanto, o preço das mercadorias tem subido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Qual a produção média de um seringueiro?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — A produção média de um seringueiro, na região é de 300 quilos. Com 300 quilos de borracha um homem não pode viver.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Há produção agrícola, sobretudo de gêneros alimentícios?

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Por incrível que pareça a produção agrícola de Cruzeiro do Sul é bem acentuada. Não temos falta de farinha, feijão ou arroz, mas a produção deve ser restringida. Em Manaus e no Amazonas todo houve falta de farinha. De novembro a março último o nosso município foi favorecido por essa alta pois exportou mais de 800 toneladas de farinha. Se o Amazonas desejasse mais 800 mil toneladas poderia vir buscá-las por que não fariam falta. Quando não acontece esse fenômeno, no entanto, os fazendeiros criam porcos, a mandioca transforma-se em ração para a criação de porcos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Aqui não há comercialização da produção agrícola porque o Município fica isolado?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Há desenvolvimento na pecuária?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Não. Podemos dizer, inclusive, que não temos pecuária, ela continua na estaca zero. Temos criadores com algumas cabeças de gado, mas isso não quer dizer que o Município seja pecuarista. A pecuária, para desenvolver, depende de capital. Temos 3 ou 4 elementos que querem organizar uma espécie de fazenda criadora. Conseguiram financiamentos, mas não foram para frente. Eu mesmo procurei o Banco para saber das modalidades do financiamento e não o quis. Não quis porque o financiamento era para fomentar a pecuária e o que eu vi não era para nenhum fomento. Seria preferível pedir dinheiro a particulares e emprestá-lo imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Vemos, portanto, que a situação do Município e estacionária. Não há desenvolvimento nem na indústria nem no comércio nem na agricultura nem na pecuária.

Como o Município absorve sua própria mão-de-obra?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Excelência, quem pode estuar lá fora, vai e por lá fica. Quem não pode sair, se arranja como pode. Muita gente tem saído.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Agora mesmo conversei com um velho amigo. Ele tem 15 filhos e apenas um trabalha. Há ausência de emprego para a população que nasce.

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — E a população do Cruzeiro do Sul tem aumentado apesar de todas essas dificuldades. (Senador Edmundo Levi) — Vamos fixar este ponto: o progresso não tem capacidade para absorver a mão-de-obra do Município; há grande número de pessoas desempregadas.

O que nos pode dizer em relação à assistência médica?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — A questão da assistência médica, por incrível que pareça, apresenta o seguinte quadro: dentro do Município, para uma população de 10.800 pessoas, temos apenas dois médicos. Um é médico da saúde pública e o outro é médico do leprosário. O resto do município não tem assistência médica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — E' grande a incidência de lepra no Município?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — E' grande. No Estado do Acre só existem dois lepro-

sários: um em Rio Branco e outro em Cruzeiro do Sul. O nosso leprosário atende o Município e periferia. Vem leprosos de Tarauacá, Feijó e até do Amazonas. Creio que é a causa da grande incidência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — O leprosário funciona como abrigo somente?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Embora precários, há abrigos.

O SR. SENADOR MANOEL VILLAGA (Relator) — A parte atendimento ambulatorio existe?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — São atendidos no leprosário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Quem mantém o leprosário? O Governo Federal ou o Estadual?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — É obra do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Sabe qual a população leprosa?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Não sei. Com os tratamentos modernos, muitos doentes se curam, fora do leprosário. Por isso não se pode dizer qual a população leprosa. Mas nunca há menos de 100 doentes no leprosário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Sr. Prefeito, é o problema da mortalidade infantil?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — A mortalidade infantil é acentuada. Não há maternidade. No Acre só há uma maternidade. Hospital, nós temos um. Por incrível que pareça, esse hospital foi inaugurado por três vezes, mas não funciona. Foi construído não só para satisfazer a população de Cruzeiro do Sul como as de Tarauacá e Feijó.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — E o problema do menor? Há muitos menores abandonados?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — A situação do menor em nosso Município melhorou desde a vinda do nosso Juiz de Direito, Dr. Araken. O menor era totalmente abandonado aqui, talvez por não se conhecer a lei a respeito de menores. Mas, há muito ainda que se fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Quer saber do aspecto administrativo. O Município tem verbas para prestar assistência ao menor?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — E o Estado?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — O Estado também não tem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Existe assistência por parte do SAM?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Um outro problema, desagradável, mas pelo que estamos ouvindo deve ser grave aqui. É o problema da prostituição. Se não há amparo ao menor, se não há condições de sobrevivência. O que podemos dizer a respeito?

O SR. PREFEITO MAURÍCIO PEREZ NOBRE — Realmente, é um problema grave. A prostituição é o resultado desses outros problemas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Levi) — Sr. Prefeito, es-

ma possibilidade de se indicar a quantidade nem a quantidade de minério?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Em termos positivos, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Qual a condição do Município para a arrecadação de impostos federais e estaduais?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — No ano passado segundo nossos dados Cruzelro do Sul arrecadou para o Estado Cr\$ 21.275.551, mas não é tudo. Acreditamos que tenha ido além de 100 milhões de cruzeiros. Quanto aos impostos federais, não tenho dados seguros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Além da lepra, quais as outras doenças que causam mortalidade?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Temos a tradicional malária. Agravamos a situação com anacronismo de uma hepatite cuja causa não foi ainda verificada, mas tem causado muitas vítimas em Cruzelro do Sul. Agora mesmo recebemos comunicação de que a região do Rio Ouro Preto (P) estava assolada pela hepatite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Nem o Serviço de Saúde Pública identificou a origem dessa hepatite?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Até agora, não. No ano passado, chegou uma epidemia do Governo para vacinação contra febre amarela e tifo, também distribuição de remédios contra venenozos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Quantas agências bancárias possui o Município?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Duas: a agência do Banco de Brasil e a agência do Banco de Crédito da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Além da parte assistencial existe problema com relação a água, especialmente, macenta por exemplo?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Pelo que sei não existe problema desses tipos em Cruzelro do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Sintetizando na sua opinião, quais as origens do movimento de secessão?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Na minha opinião, dividir é impossível. Não por mim e assim muita gente pensa. Se o jurar tivesse a felicidade de voltar à condição que já possuiu no passado, quando se verificou o maior surto de progresso na região creio que o Município de Cruzelro do Sul se desenvolveria pela vontade própria do seu povo em acompanhar o progresso. Dividir seria melhor é a minha opinião. Quando se fala na questão separatista, na região todo mundo esquece do problema partidário tornam-se partidários para trabalhar em favor da causa. É um anseio geral e eu acredito que se isso não se resolver no Estado, não há de se viver na época oportuna, talvez não sentíssemos os efeitos de tudo isso. Começou onde deveria terminar, não temos condições de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Feita a separação qual a melhor forma política? Seria transformar a região em Território Federal ou em outro Estado independente?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Acho que a região deveria se transformar em Território

Federal e não em outro Estado. Sabemos que não podemos sobreviver na condição de Estado. Esses efeitos nós os sentimos pelos anos que passamos como Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Essa sua esperança não tem um pouco apoiada pela situação de outros Territórios?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Não. Os que preferem não dependem da situação de ser ou não Território Federal. O Amapá, por exemplo, tem minério.

Vou dar o seguinte: se essa região fosse transformada em Território Federal, teríamos o bafeto do Governador dentro da região. Creio que o Governo Federal teria o cuidado bastante para que a região entrasse em ritmo de progresso. As nossas verbas não seriam empregadas para fazer seriam empregadas aqui. A estrada que amargamos para a fronteira e colonização da região, mas uma em minério o Governo estaria mais perto de fazer isso e teria interesse imediato em promover o nosso desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Pelo que li, esse anseio — antigo e, inclusive, apaziguado em relatórios de antigos governos. O recrudescimento desse movimento separatista não decorreu da criação do Estado e da cobrança de mais impostos?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Antes da criação do Estado nós já tínhamos o anseio de fazer a divisão dos dois vales. Com a criação do Estado, ele se tornou mais forte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Quais os destacamentos militares existentes no Município?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Não temos nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Toda essa parte que se limita com o Peru é deserta?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — De forças federais, sim. Foi criada a Oitava Companhia de Fronteira, mas não foi instalada.

O SR. SENADOR MANOEL VILLAGA (Relator) — Vamos admitir, para argumentar, que resolvidos os problemas de transporte, educação e assistência não seria preferível constituir como Estado ou o melhor seria dividir?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Seria dividir.

O SR. SENADOR MANOEL VILLAGA (Relator) — As terras desabitadas são muitas?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Quase toda a fronteira.

O SR. SENADOR MANOEL VILLAGA (Relator) — Qual o preço da gasolina?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — O preço da gasolina é de Cr\$ 10.000 por 18 litros. Estamos comprando a esse preço, atualmente. De setembro até março, com a falta de lata de gasolina poderíamos custar até Cr\$ 25.000.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — E o óleo Diesel?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — O óleo Diesel custa menos Cr\$ 2.000 o litro. A lata custa Cr\$ 8.000. A querosene tem o mesmo preço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Por que preço chega a saca de farinha de trigo?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — A farinha nacional

chega por Cr\$ 40.000 a saca e a americana por Cr\$ 70.000 ou 80.000. O pão, aqui não é vendido a quilo mas em mais ou menos, Cr\$ 5.000 o quilo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — A saca de cimento por que preço chega?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — A saca de cimento, para construção, está à razão de Cr\$ 9.000.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — E o quilo de feijão para construção?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Vam de Cr\$ 15.000 a Cr\$ 16.000 o quilo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Qual o salário mínimo do região?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Cr\$ 61.000.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — A borracha está por que preço?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — O preço atual é de Cr\$ 1.000. Deduzidas as despesas, chega, em média, a Cr\$ 850 ou Cr\$ 950.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — A região produz frutas e legumes?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — O que se produz mais é a banana. As outras frutas são produzidas em pequena escala. A banana é quase a base alimentar da região.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — A pecuária não existe e nem a pesca?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Não existem. Quanto a pesca, há um fenômeno: nos grandes invernos, o rio alarga, o rio transborda e quando o rio desce há muito peixe nas lagoas. Há 5 anos atrás, que o rio não transbordou. Os conhecedores da região dizem que a falta de peixes é devida ao fenômeno.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Assim, a carência de proteínas é grande na população. Quanto custa o quilo da carne verde?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Cr\$ 1.000. A Prefeitura estabeleceu o abate, dada a condição precária em que era feito em duas vezes por semana mas, com o verão não tem aparecido o gado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Agora uma pergunta que não é minha, mas do Senador que requer a formação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. 8. Exa. pergunta: esse movimento afetaria a integridade nacional ou existe apenas em relação ao Estado do Acre?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Não afeta, absolutamente, a integridade do território nacional, da unidade nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Estou satisfeito. Muito obrigado.

Vou dar a palavra ao nobre Senador Paulo Barros, componente desta Comissão, que deseja formular algumas perguntas.

O SR. SENADOR PAULO BARROS — Quería dizer, inicialmente, Sr. Prefeito, que ouvi atentamente a sua exposição. V. Exa. acha que existe um outro tipo de estrada, além da estrada para a fronteira do Peru, que, embora a longo prazo, atenderia melhor a esta região?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Existe a BR-29.

O SR. SENADOR PAULO BARROS — Existe outro tipo de estrada ou outra solução?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Para nós somente a BR-29 que vem do Rio Branco para Cruzelro do Sul. A nossa preocupação é encontrar um meio de melhorar o intercâmbio.

O SR. SENADOR PAULO BARROS — Pensaria a V. Exa. se uma estrada margeando o Solimões atenderia, também, a região.

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Uma estrada para o Solimões traria o aspecto da questão. Existem que saem de Cruzelro do Sul para Benjamin Constant. Se não fosse a possibilidade de aerodromo mas a muito mais distante. A construção, na verdade, é mais fácil porque estamos no centro de um divisor de águas.

O SR. SENADOR PAULO BARROS — Ainda uma pergunta: o pagamento da Prefeitura é, mais ou menos, de Cr\$ 3.000.000. Qual é o total da receita do Município?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — A arrecadação é empregada quase toda no pagamento do funcionalismo. A parte restante destina-se às obras públicas que a Prefeitura pode fazer e também a questão social, como escolas e postos médicos.

O SR. SENADOR PAULO BARROS — O pagamento do funcionalismo está em dia?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — Atualmente, não. No entanto, nunca fechei um exercício sem que o funcionalismo fosse pago.

O SR. SENADOR PAULO BARROS — O Senhor nos poderia fornecer, agora, a área total do Município?

O SR. PREFEITO MAURICIO PEREZ NOBRE — A área total é de 31.312 metros quadrados.

O SR. SENADOR PAULO BARROS — Estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Estamos satisfeitos com a exposição feita pelo Sr. Prefeito Municipal. Gostaríamos, agora, de ouvir o Presidente da Câmara Municipal.

Fizemos várias perguntas ao Sr. Prefeito, de maneira que temos uma ideia geral dos pontos principais. Assim, com base em informações outras que possuímos, gostaríamos que o Sr. Presidente da Câmara Municipal fizesse uma exposição a seu pensamento e, posteriormente, formularmos as perguntas.

O SR. SENADOR PAULO BARROS — Sr. Presidente, inicialmente, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal nos informasse porque não procurou receber seus subsídios, juntamente com seus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leal) — Vamos, pois, atender a pergunta do Senador Paulo Barros. Qual a razão por que os Vereadores de Cruzelro do Sul não recebem subsídios?

O SR. IBRAIM SILVA MORAIS — Ilustres Senadores, quando assumimos nossos mandatos de Vereadores, resolvemos não receber nenhum subsídio porque desejávamos ajudar o povo. Nós Vereadores, quase todos, vivemos mais ou menos de modo a poder abrir mão dos Cr\$ 150.000 de subsídio. Somos sete Vereadores e retiramos Cr\$ 1.050.000 para nos pagar, seria sacrificar o povo, a Prefeitura não poderia recuperar uma estrada, uma escola nem pagar seus funcionários. As professoras não receberiam. Assim, resolvemos não pleitear nem um tostão, pois cada um tem sua fonte de renda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — Gostariamos que V. Exa. fizesse uma exposição sobre seu ponto de vista a respeito do movimento separatista surgido nesta região.

O SR. IBRAIM SILVA MORAIS (Presidente da Câmara Municipal) — Sr. Senador, no meu entender, a única solução para os problemas de Cruzeiro do Sul, Taracata e Feijó é a criação do Território Federal. Como Território Federal, esperamos a diante. É um governo independente que, nomeado pelo Governo Federal, naturalmente terá o apoio do Governo Federal. A região não tem condições para ser um Estado. Vivo aqui há 4 anos e meio. Sete meses após minha chegada, fui eleito Vereador devido a simpatia popular por nunca ter sido ajudado em nada ou prestar um benefício a qualquer pessoa do Município. Nesta região, quando o Território havia 40 e tantas escolas, havia Jesus, enfim, havia mais movimento que agora. Atualmente, tivemos a diminuição de um posto médico.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — Havia mais assistência médica? Quantos médicos havia?

O SR. IBRAIM SILVA MORAIS (Presidente da Câmara Municipal) — Não chegou a encontrá-los, mas havia 4 médicos. Hoje não temos um médico operador sequer. Uma senhora, sofrendo de parto, morreu de uma dor de um avião no aeroporto desta cidade. Santo o problema pelo povo e como representante do povo, não posso deixar de defendê-lo. Não há demagogia, não há interesse político. Vivo feliz aqui porque o povo é bom e amigo, amigo dos da terra e dos que chegam.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — Cre que o Estado agravou as condições de vida da região?

O SR. IBRAIM SILVA MORAIS (Presidente da Câmara Municipal) — As dificuldades de vida são tremendas. Temos famílias que sofrem, pessoas que passam momentos de angústia pois contam, às vezes, apenas com a farinha para sustentar famílias de 10, 12 ou mais pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — O problema é completamente falta de assistência. No caso, o território não se limitaria apenas à área de Cruzeiro do Sul, Taracata e Feijó. Para uma orientação assistencial, o Território deveria abranger toda a região?

O SR. IBRAIM SILVA MORAIS (Presidente da Câmara Municipal) — É a minha opinião e creio que a de 90% ou mais da população. É um sonho que vem de há muito tempo. Aqui existe muita miséria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — O Senhor é comerciante?

O SR. IBRAIM SILVA MORAIS (Presidente da Câmara Municipal) — Trabalho numa firma de couros. Quando a época é boa, eu compro; quando é má, não compro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — Está havendo abundância de caça?

O SR. IBRAIM SILVA MORAIS (Presidente da Câmara Municipal) — Não, porque o rio está seco e não há transporte. E, também, a época de cortar seringa. Depois do período de corte é que vem a caça.

O SR. SENADOR MANOEL VILLACA (Relator) — Quais as peles existentes?

O SR. IBRAIM SILVA MORAIS (Presidente da Câmara Municipal) — Temos as de jaguatirica, gato-do-

matto, lontra, aribanha e outras. A pele de onça é muito pouca. A maior abundância são as da queimada e do viado. Um onça de onça chega a valer Cr\$ 200.000.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — Couro de viado tem valor, não? Por que não se dá base da alimentação do povo.

O SR. IBRAIM SILVA MORAIS (Presidente da Câmara Municipal) — Aqui chega carne que ninguém sabe o que é. Misturam carne de onça, de queimada, de gato comum e outras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — Estamos satisfeitos com a exposição de V. Exa. Muito obrigado.

Gostariamos de ouvir, agora, a palavra de D. José Hascher, Bispo Prelado do Alto Juruá, conhecedor dos problemas do Município, habente que é da região há mais de 20 anos.

O SR. DOM JOSÉ HASCHER (Bispo Prelado) — Cardeal o Ade como Território. Para chegar diretamente na questão, digo diretamente, sou a favor da separação. Mesmo se isso nos custar alguma "cozuzinha", estarei pronto a pagar estas 2 cidades: Cruzeiro do Sul, Taracata e Feijó. Teríamos, assim, maiores oportunidades de progredir. Não creio que a nossa salvação venha do Belém, mas se o Governo Federal quiser se ocupar destas terras do interior, se quiser limpar de uma vez as estradas que Deus mesmo deu a este País interior, os nossos rios, se quiser colocar no Alto Juruá 3 arcas para afundar o leito do rio conforme o seu curso, os navios poderiam chegar mais facilmente. Se nossa navegação atual fosse modernizada, também os produtos nos sairiam mais baratos devido ao frete. Os Srs. Senadores e os Srs. mesmo do Acre deveriam insistir nisso porque os antigos no lugar sabem melhor do que eu. Tínhamos nação que saiam de Manaus, de Belém, inclusive do Sul, que aqui chegavam facilmente. Hoje isso não acontece. Nos últimos anos o rio também é culpado (?) porque não tem água no tempo da seca. Este ano, estamos no sétimo mês e a água chegou a uma "cacha". Isso não deveria continuar. Os singalistas que tem meios arranjaram um navio, mas por não poderem comprar com a SNAAPP, até a SNAAPP não tem mais frete daqui para Manaus e outras vezes, não tem frete para cá. Mesmo se essas coisas não fossem resolvidas, nós deveríamos cooperar e não pensar no Governo Federal como "galeão". Nos devíamos preocupar, já os primeiros portugueses que chegaram ao Brasil escreveram a seguinte coisa: plantando, do tudo, isto e uma falta da nossa parte: não queríamos receber, mas não queríamos dar. Cada um de nós, a começar pelos agricultores até o último singalheiro, devemos dar tudo de nós mesmos para o progresso do País. Não tem nada de um território pagante, se vamos cobrar os braços. Creio que por isso, assim, diante de tanta coisa, não me gairam — a vontade é trabalhar para mim. Quando chegarem os dois milhas. Chegar do rio, de Manaus. E vou sair daqui, depois de mais de 20 anos, com uma mala somente. Não vou ficar aqui. Vou aquilo que fazem lá, mas aquilo que não sei fazer, não faço. E que eu não queira na minha terra, não quero. Lutei contra o malmequidão durante 4 anos, estive mesmo em um campo de concentração, mas, depois de 40 dias de prisão, não fui preso. Qual foi o homem apontado não poderia sair de Alcatraz. Tinha que estar lá por pelo menos 10 anos. Da mesma forma, os capangas aqui conquistados deveriam ser aproveitados aqui

mesmo. Não seria fácil a instalação de uma serraria ou de empresas para o aproveitamento das nossas riquezas, pois as dificuldades são muitas, sobretudo a navegação. Com as estradas não podemos contar. Mesmo a estrada de Belém para Rio Branco terminada, há o problema da manutenção. Em Angola, onde estive por muito tempo, havia poucas estradas. O chefe do governo, homem autoritário, dizia sempre: dentro de 2 meses quero passar por tal estrada. Quando sai de Angola havia 50.000 km de estrada, mas não havia verbas para conservação. Nos percorremos a estrada que vai de Brasília a Belém, estrada magnífica, mas no tempo das chuvas há muitos deslencimentos, há muitos contratempos, enquanto os nossos rios são sempre os nossos velhos rios.

Esta é a minha opinião. Soumos gratos pela visita, das mais agradáveis que temos recebido nestes 20 anos. Esperamos que todos venham a trabalhar com o novo Território.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — Estamos satisfeitos com a exposição, brilhante e, sobretudo, realista, mas não lhe parece que uma das causas do desamino do povo é a falta do aproveitamento do que produz?

O SR. DOM JOSÉ HASCHER (Bispo Prelado) — Se a agricultura fosse modernizada poderíamos ter maior produção, mas em toda a região de Juruá não há nenhuma fábrica. O trabalho é primitivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — No setor de V. Exa. há Escolas Normais e Ginásios?

O SR. DOM JOSÉ HASCHER (Bispo Prelado) — Girasol não temos. Chamamos a nossa escola de Ginásio Normal. Estudamos línguas. O Município prepara professoras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — A Prefeitura conta com auxílio para escolas?

O SR. DOM JOSÉ HASCHER (Bispo Prelado) — Recebemos verbas para manutenção e verbas extraordinárias para novas construções do Governo Federal. Do Governo do Acre recebemos pela primeira vez, mas não dá para cobrir os despesas. Para não ter de fazer viagens à Europa.

O SR. SENADOR MANOEL VILLACA (Relator) — Sabemos que V. Exa. desempenha uma missão importante. Recebo ajuda de católicos brasileiros ou de outras religiões?

O SR. DOM JOSÉ HASCHER (Bispo Prelado) — De religiosos do Brasil não. Foi uma vez, ao Rio Grande do Sul, no Congresso Eucarístico, quando conheci alguns padres que receberam auxílio somente lá exterior: Estados Unidos da América do Norte, Itália e França.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — Dom José Hascher, estamos agradecidos por sua valiosa e exposta e pelas sugestões que está podendo oferecer. Muito obrigado.

Queremos ouvir agora o Presidente da Associação Comercial do Alto Juruá.

O SR. FRANCISCO DO VALE VIEIRA (Associação Comercial) — Informamos que estamos em um trabalho de expansão e pelas sugestões que está podendo oferecer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — Gostariamos de ouvir a sua opinião sobre o comércio da região.

O SR. FRANCISCO DO VALE VIEIRA (Associação Comercial) — Devo dizer que estamos a trabalhar do Douro, Juiz de Direito no tocante a

assistência social e as palavras do nosso Reverendíssimo Bispo Prelado no setor transporte que é justamente aquilo que o comércio ressenho.

Ao iniciarmos este movimento, o nosso objetivo principal foi solicitar melhoramentos no setor de transporte que tem influência sobre todo o comércio da região. Tanto assim que, quando o Governador atual esteve aqui e fez uma reunião com todas as classes, o que nos pediram, quando nos trouxe a palavra, foi justamente transporte: transporte fluvial terrestre e também o aéreo melhorado pois tinhamos apenas dois voos semanais. O comércio de modo geral ficaria beneficiado se fosse recuperada a SNAAPP que substituiu a "Amazon River". As estradas seriam muito boas, mas muito difíceis em sua construção e conservação. Nós nos batemos, trocamos telegramas com o Ministro da Viação, Juarez Távora, e não tivemos solução. Fizemos um relatório sobre as dificuldades de transporte, em nome da Associação Comercial, pedindo melhorias no serviço de navegação pelas "chapas" da SNAAPP porque o frete fluvial é mais barato que o aéreo. Um quilo de carga de São Paulo a Cruzeiro do Sul chega por Cr\$ 4.700 e não são todas as mercadorias que podemos transportar facilmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — A transformação do Território em Estado influir no aspecto de impostos sobre o comércio?

O SR. FRANCISCO DO VALE VIEIRA (Associação Comercial) — Quando o Território, comércio continuou com o Governo a uma taxa de 15%, e, agora, está onerado em quase 12%, incluindo impostos federais, estaduais e municipais. Daí a influência no custo de vida para o povo. O comércio como V. Exa. sabe é apenas um arrecadador de impostos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Edmundo Leão) — Sabemos que o salário-mínimo da região é de: 61.000. O comércio tem condições de pagar o salário mínimo?

O SR. FRANCISCO DO VALE VIEIRA (Associação Comercial) — Muitos poucos estabelecimentos tem condições de pagar. Fazemos um acordo com o comércio à base de comissão e vai-se vivendo.

O SR. SENADOR MANOEL VILLACA (Relator) — Quais as mercadorias transportadas por avião, fora do comércio?

O SR. FRANCISCO DO VALE VIEIRA (Associação Comercial) — O nosso comércio importava toda e qualquer mercadoria do Sul do País e a preferida era o transporte aéreo, mas as tarifas aumentaram e comércio não pode mais importar.

O SR. SENADOR MANOEL VILLACA (Relator) — Por quanto sal um quilo de mercadoria pelo transporte fluvial de Belém a Cruzeiro do Sul?

O SR. FRANCISCO DO VALE VIEIRA (Associação Comercial) — Sal a Cr\$ 170 por quilo.

O SR. SENADOR MANOEL VILLACA (Relator) — Existem chiqueiros no Município? Se não há, como ficam o produto?

O SR. FRANCISCO DO VALE VIEIRA (Associação Comercial) — Não há chiqueiros. Se o chiqueiro chegar a Belém em 20 dias, aí aí é complicado. Mas, via aérea, chega em 24 horas.

O SR. SENADOR MANOEL VILLACA (Relator) — Quando eu vou comprar de cerveja e uma de refrigerante.

O SR. FRANCISCO DO VALE VIEIRA (Associação Comercial) — A garrafa de cerveja custa Cr\$ 2.000 e

a de refrigerante, Cr\$ 500.

O SR. PRESIDENTE (*Senador Edmundo Levi*) — Estamos gratos ao amigo Francisco do Vale Vieira pela sua colaboração.

Gostávamos de ouvir, agora, a palavra de um velho batalhador desta região, o Diretor do jornal "O Rebate", Professor João Mariano da Silva.

O SR. JOÃO MARIANO DA SILVA (Professor e Jornalista) — Pelo telegrama que V. Ex.^a passou, verificamos que a Comissão vinha estudar as causas que deram origem ao desejo de criação do Território do Juruá. A primeira causa é a própria natureza que nos dividiu em dois vales. Outra causa é a experiência que tivemos com o regime de Departamentos em que os Prefeitos se dirigiam diretamente ao Presidente da República e ao Ministro da Justiça e tinham as suas próprias verbas. Não quero dizer que todos eles foram "santos". Fizemos, também, suas "tripulhadas", mas estávamos mais ou menos satisfeitos. Tivemos o Liceu "Afonso Pena", tivemos Tribunal de Justiça, tivemos um Batalhão de Caçadores, tivemos empórios agrícolas. Naquele tempo, no entanto, tínhamos os velhos pioneiros que hoje não existem mais. Hoje somos "restos". Como todos, viemos para esta terra como aventureiros e, como todos, não tivemos a ideia de preparar o terreno. Aliás, dos homens que fizeram a exploração primitiva não poderíamos esperar mais do que eles poderiam. Eram homens semi-analfabetos tangidos pela seca e transmitiram aos filhos as mesmas ideias. O desenvolvimento de um lugar está afeto aos seus pro-homens mas no interior não se pode arranjar esses pro-homens. Dom José falou que devemos trabalhar e é de lamentar que este Cruzeiro do Sul tenha baixado ao nível que baixou. Há este movimento agora, mas não há um movimento em prol do desenvolvimento da terra. Há muitos problemas, há muita miséria, mas se tivesse havido esforço e sacrifício, teríamos coisa melhor. Por que estamos no escuro? Inércia das administrações. Não quero me referir à atual porque esta foi herdeira da pasmaceira anterior. Tivemos uma Comissão do Conselho Nacional do Petróleo fazendo pesquisas na montanha. Deixou-nos 3 caldeiras a vapor novinhas. Dizem que é coisa antiquada, mas até hoje ninguém provou que só é eficiente aquilo que é moderno. Muito perto para que se trouxesse uma caldeira para suprir o motor, mas não houve feito. Temos o motor há 4 anos e ele trabalhou somente durante 6 meses. Os melhoramentos que temos em Cruzeiro do Sul devemos a Manso Lima. Esse cidadão foi exemplo de trabalho e de capacidade. A ele devemos o campo de aviação que até hoje não foi interditado, a ele devemos a Agen-

cia do Banco do Brasil. Naquele tempo, havia ainda quem dizia que ele era um louco. A Agência aí está, a lavoura teve a sua ajuda.

Quanto à questão da divisão, devo dizer que sou partidário da divisão. Estamos descambiando do século XX, não estamos no começo do século XX. Uma divisão nos moldes do Território do Acre, pode ser que sirva aos outros. Nós a rejeitamos. Quando do Território, o povo não tinha independência nenhuma na nomeação da sua administração, o povo não tinha voz ativa. Para a nomeação de alguém havia, muitas vezes, influência até de gente suspeita. Tivemos governadores bons, mas em muitos casos, comissões foram ao Rio de Janeiro pedir ao Presidente da República para tirar governadores. Quando se fez daqui um Território, deveria o Governo Federal ter mandado trazer planos não na Capital da República, mas aqui mesmo, com técnicos. O que fez? Mandou jogar no Acre todos os indesejáveis da Capital da República. Dessa forma é que não me serve. Território do Juruá só se os acreanos tiveram independência na nomeação da sua administração. Que isso seja estudado por meio do Conselho de Administração que indicaria nomes de Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó para que o Presidente da República indicasse um nome para o governo. E mais ainda: V. Ex.^a, é representante do Amazonas e não vai concordar comigo, mas vou dizer: a Amazônia, esse imenso vazio que aí está, vazio porque só agora estamos amanhando as margens do rio como arranhamos as margens do litoral, para ocupar tudo isso é preciso que o Brasil corra logo. Hoje nós ouvimos que fulano de tal é proprietário de um latifúndio em prejuízo de pobre que não tem como plantar um pé de feijão para dar de comer a seus filhos. Mais tarde, vamos ouvir a mesma conversa, porém de outros povos, com a simples preocupação de que o Brasil não pode possuir este imenso país vazio.

O SR. PRESIDENTE (*Senador Edmundo Levi*) — Já estamos ouvindo essa conversa.

O SR. JOÃO MARIANO DA SILVA (Jornalista e Professor) — O Direito, quem faz é o homem. Como se pode ocupar a Amazônia se não dividirmos esse imenso vazio que aí está? Cada rio terá que formar um Estado ou um Território assistido pelo Governo Federal, se o Brasil quiser manter sua soberania na Amazônia. Nada mais necessitamos que o Governo Federal adquirir do Estado do Amazonas essa margem de terra para fazermos a ligação com o rio Tarauacá.

Quanto à unificação, há o seguinte: em todos os Estados, os Municípios convergem para a Capital. O Acre é uma aberração. Nunca se viu uma emissão sair do Rio Branco para vir aqui. Esse movimento vem dos

tempos de Manso Lima. A Igreja Católica, sabiamente, criou dois Bispados, separando os dois Vales. Os aviões só servem para transportar doentes.

São as explicações que posso dar. Poderia estender-me mais, se houvesse tempo. Sou pela divisão, mas gostaria que fosse uma coisa mais segura.

O SR. PRESIDENTE (*Senador Edmundo Levi*) — No seu entender, a divisão facilitaria as condições de vida aqui?

O SR. JOÃO MARIANO DA SILVA (Professor e Jornalista) — Está na dependência de quem vier administrar. Cruzeiro do Sul tem homens de responsabilidade entre seus filhos, mas não estão aqui. Temos 8 médicos lá fora enquanto existem aqui milhares de homens e mulheres que não sabem o que é um médico. Temos engenheiros, industriais, aviadores, altas patentes do Exército filhos da terra. O único general acreano é natural de Cruzeiro do Sul. Esses elementos não têm condições, nem como Território nem como Estado, para se fixarem aqui. No aspecto natureza a região tem condições: aqui não há seca, não há erosão que leva rio abaixo rebanho e plantações, não há geadas e a terra, se não é de uma fertilidade exuberante, plantando dá. Há uma coisa extraordinária: estamos perto do equador e, no entanto,

vão-se roqueiros frondosos e outras plantas de litoral como a turfa e a pimenta do reino. Já exportamos de 400 a 500 toneladas de café. Há duas colunas que sustentam uma política econômica municipal e mesmo estadual: dinheiro e políticos. Não temos dinheiro e nem temos políticos de prestígio. O General Guimard passou 8 anos para conseguir a transformação do Território em Estado do Acre. Fui contra ele, naturalmente, pois não havia condições da região transformar-se em Estado.

O SR. PRESIDENTE (*Senador Edmundo Levi*) — Estamos satisfeitos com sua exposição pois, como velho conhecedor da região, nos trouxe elementos valiosos.

Há mais alguma pessoa que queira nos prestar qualquer informação? (Pausa)

Não havendo mais quem queira se manifestar, agradeceremos a colaboração prestada que nos servirá de subsídio ao Relatório que será encaminhado ao Executivo para as providências que julgar oportuno tomar. A nossa missão é colher informações. Não somos partes interessadas no assunto. Pedimos aos que obtinham informações e subsídios futuros que nos remetam ao Senado como elementos aos nossos trabalhos.

Agradecendo a atenção de todos e a boa vontade com que nos ajudaram, declaramos encerrados os nossos trabalhos.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO ACRE

2ª REUNIAO, REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO DE 1966.

Aos sete dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às quinze horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, sob a presidência do Senhor Senador Edmundo Levi, presentes os Senhores Senadores Manoel Villaga e Paulo Barros, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 9, de 1965, para estudar as causas de ordem geográfica, social, política, econômica ou outras, que deram lugar ao movimento separatista, irrompido nos Municípios de Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Inicialmente, o Senhor Presidente tece considerações sobre o objetivo da Comissão em colher das pessoas de responsabilidade as informações necessárias para apresentar ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo os resultados das investigações e indicar soluções capazes de resolver o problema do Vale do Juruá.

Em seguida, o Senhor Presidente convida as seguintes testemunhas para tomar assento à mesa: Maurício Perez Nobre, Prefeito Municipal, Ibraim Silva Moraes, Presidente da Câmara dos Vereadores, Dom José Hascher, Bispo Prelado do Alto Juruá, Francisco do Vale Vieira, Presidente da Associação Comercial do Alto Juruá e João Mariano da Silva, Professor e Diretor do jornal "O Rebate".

Prosseguindo, são interrogadas pela Comissão as testemunhas acima relacionadas que expõem, entre outras coisas, seu ponto de vista acerca do movimento separatista irrompido no Alto do Juruá.

Finalmente, o Senhor Presidente, Senador Edmundo Levi agradece as informações prestadas e solicita aos que obtenham subsídios futuros que os enviem para esta Comissão.

Os debates travados na presente reunião foram taquigrafados e serão publicados como parte integrante desta ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, *Hugo Rodrigues Figueiredo* Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama.
 2º Vice-Presidente — Vivaldo Lima.
 1º Secretário — Dinarte Mariz.
 2º Secretário — Gilberto Marinho

Liderança**DO GOVERNO**

Líder — Daniel Krieger
 DA ARENA

Líder — Filinto Müller
 Vice-Líderes

Rui Palmeira — Antônio Carlos — Wilson Gonçalves

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna

Vice-Líderes — Bezerra Neto — João Américo

COMISSÃO DE AGRICULTURA**(7 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Euríbio
 Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Eugênio Barros
 José Feliciano
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 João Leite

TITULARES
 Vivaldo Lima
 Atílio Fontana
 Dirceu Rosado
 Adolpho Franco
 Zacarias da Assumpção

MDB

Nelson Maculana
 Pedro Ludovico

Argemiro de Figueiredo
 José Euríbio
 Secretário: J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**(11 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador Ailton Campos
 Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Alípio Arinos
 Heriberto Vieira
 Eurico Rezende
 Ailton Campos
 Gay da Fonseca

TITULARES
 Filinto Müller
 José Feliciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimentel
 Benedito Valadarez
 João Braga
 Vasconcelos Torres

MDB

Aarão Steinhilber
 Adalberto Silva
 Edmundo Levi
 Aurélio Vianna

Antônio Barbato
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josephat Marinho
 Secretária: Maria Helena Buenc Brandão — Of. Leg. PL-8.
 Reuniões: 4ªs.-feiras, às 10 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**(7 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Silvestre Péricles
 Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Eurico Rezende
 Heriberto Vieira
 Lopes da Costa
 João Braga
 José Gutomard

TITULARES
 José Feliciano
 Filinto Müller
 Zacarias da Assumpção
 Benedito Valadarez
 Vasconcelos Torres

MDB

Oscar Passos
 Adalberto Silva

Aurélio Vianna
 Silvestre Péricles
 Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA**(6 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Atílio Fontana
 Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Atílio Fontana
 João Leite
 José Feliciano
 João Braga
 Domício Gondim
 Adolpho Franco

TITULARES
 Jefferson de Aguiar
 João Leite
 Sigfredo Pacheco
 Zacarias da Assumpção
 Dirceu Rosado
 Gay da Fonseca

MDS

Heitor Maculana
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio

João Abrão
 Josephat Marinho
 José Euríbio

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15:30 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**(7 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnon de Melo
 José Leite

TITULARES
 Benedito Valadarez
 Alípio Arinos
 Melo Braga
 Sigfredo Pacheco
 Antônio Carlos

MDB

Antônio Barbato
 Josephat Marinho
 Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quarta-feira, às 15:30 horas

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

COMISSÃO DE FINANÇAS**(15 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Nilton Bornhausen

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Victorino Freire
 Lobo da Silveira
 Sigfredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Nilton Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domício Gondim
 Manoel Villaga
 Lopes da Costa

TITULARES
 Atílio Fontana
 José Gutomard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 João Leite
 Gay da Fonseca
 Melo Braga
 Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josephat Marinho
 José Euríbio
 Lino de Mattos
 Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quarta-feira às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**(7 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculana

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 José Feliciano
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domício Gondim
 Nilton Bornhausen

TITULARES
 Lobo da Silveira
 Vivaldo Lima
 Lopes da Costa
 Eurico Rezende
 Eduardo Barros

MDB

João Euríbio
 Nelson Maculana

Aarão Steinhilber
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Maria Helena Buenc Brandão — Of. Leg. PL-8.
 Reuniões: Quarta-feira, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Heribaldo Vieira

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA
TITULARES
SUPLENTE

Vivaldo Lima	José Guimaraes
Jose Candido	Jose Leite
Eunice Rezende	Lopes da Costa
Zacharias de Assunção	Eugenio Barros
Atílio Fontana	Luiz da Silveira
Heribaldo Vieira	Manoel Villaga

M D B

Aarão Steinbruch	Antônio Balbino
Edmundo Levi	Aurelio Vianna
Ruy Carneiro	Bezerra Neto

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras as quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Joséaphe Martinho

Vice-Presidentes: Domício Gondim

ARENA
TITULARES
SUPLENTE

Domício Gondim	Alfonso Arinos
Jefferson de Aguiar	Jose Feliciano
Benedicto Vaidadaires	Jose Cândido
Jose Leite	Mello Braga
Lopes da Costa	Flinto Muller
Josaphe Martinho	Argemiro de Figueiredo
Jose Ernirio	Nelson Maculan

M D B

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, as quinze horas.

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga.

ARENA
TITULARES
SUPLENTE

Manoel Villaga	Menezes Pimentel
Sigefredo Pacheco	Jose Leite
Heribaldo Vieira	Lopes da Costa
Julio Leite	Antonio Carlos
Dix-Huit Rosado	Domício Gondim
Aurelio Vianna	Argemiro de Figueiredo
Ruy Carneiro	Pessoa de Queiroz

M D B

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, as dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA
TITULARES
SUPLENTE

Jefferson de Aguiar	Jose Feliciano
Wilson Gonçalves	Flinto Muller
Antonio Carlos	Daniel Krieger
Gay da Fonseca	Adolpho Franco
Eunice Rezende	Irmen Bornhausen
Jose Guimaraes	Rui Palmeira

M D B

Bezerra Neto	Antônio Balbino
Jose Ernirio	Aurelio Vianna
Lino de Mattos	Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, as 15 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eunice Rezende

ARENA
TITULARES
SUPLENTE

Antonio Carlos	Flinto Muller
Eunice Rezende	Jose Feliciano
Vasconcelos Torres	Dix-Huit Rosado

M D B

Bezerra Neto	Edmundo Levi
Lino de Mattos	Silvestre Pardo

Secretário: Saram Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, as 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedito Vaidadaires

Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA
TITULARES
SUPLENTE

Benedito Vaidadaires	Jose Guimaraes
Flinto Muller	Victorino Freire
Rui Palmeira	Menezes Pimentel
Vivaldo Lima	Wilson Gonçalves
Antonio Carlos	Irmen Bornhausen
Jose Cândido	Arnold de Melo
Padre Canziani	Heribaldo Vieira

M D B

Aarão Steinbruch	Argemiro de Figueiredo
Aurelio Vianna	João Abrahão
Oscar Passos	Nelson Maculan
Pessoa de Queiroz	Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quartas-feiras as 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Vice-Presidente: Manoel Villaga

Presidente: Sigefredo Pacheco

ARENA**TITULARES**Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga**SUPLENTE**Júlio Leite
Lopes da Costa
Eugenio de Barros**M D B**Adalberto Sena
Pedro LudovicoOscar Passos
Silvestre Pericles

Secretaria: Alexandre Melo.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assumpção

Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

ARENA**TITULARES**José Guimard
Victorino Freire
Zacarias de Assumpção
Irineu Bornhausen
Sigefredo Pacheco**SUPLENTE**Arturo Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eurico Rezende
Manoel Villaga**M D B**Oscar Passos
Silvestre PericlesJosephat Martins
Ruy Carneiro

Secretaria: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

ARENA**TITULARES**Vasconcelos Torres
Victorino Freire
Mello Braga
Arnon de Melo
Sigefredo Pacheco**SUPLENTE**José Feliciano
Furtado Müller
Antônio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaga**M D B**

Adalberto Sena

Nelson Machado

Aurelio Vianna

Lino de Matos

Secretaria: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: João Abranches

ARENA**TITULARES**José Leite
Arnon de Melo
Dix-Huit Rosado**SUPLENTE**Eugenio Barros
Jefferson de Aguiar
José Guimard**M D B**João Abrahão
Ruy CarneiroArthur Virgílio
Pedro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZONIA

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi

Vice-Presidente: José Guimard

ARENA**TITULARES**José Guimard
Vivaldo Lima
Lopes da Costa**SUPLENTE**Filinto Müller
Zacarias de Assunção
Lobão da Silveira**M D B**Edmundo Levi
Oscar PassosAdalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretaria: Neuza Joanna Orlando Verissimo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.